



INTEGRANDO

Informativo do Sindicato dos Empregados em Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais

SINDIMETRO-MG



ABRIL 2014

SINDIMETRO se reúne com ministro Gilberto de Carvalho

O Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto de Carvalho, esteve em BH e recebeu uma delegação de diretores do SINDIMETRO para discutir a situação da categoria frente à estadualização e privatização do Metrô. Na ocasião, lhe foi entregue uma carta que está publicada em nosso site.

Após breve explanação dos diretores que pediram informações precisas sobre o andamento do processo de transferência, o Ministro declarou que as desconhecia. Comprometeu-se, no entanto, a tomar conhecimento do assunto e agendar uma nova reunião com o SINDIMETRO em Brasília.

Ao ver as nossas novas camisas "contra privatização" nos perguntou quem iria priva-



tizar o Metrô e se surpreendeu quando informado que o estado de Minas Gerais o faria logo a após a transferência.

Nos próximos dias, diretores do SINDIMETRO estarão em Brasília e irão procurar nova-

mente o Ministro para saber se já possui informações sobre os nossos questionamentos.

Audiência Pública na Assembleia Legislativa

O deputado estadual Paulo Lamac conseguiu aprovar na Comissão de Assuntos Municipais uma Audiência Pública sobre o Metrô em 28 de abril às 14 horas.

Queremos lotar a Assembleia Legislativa com a presença da categoria. É mais um momento da nossa luta contra a estadualização e a privatização do Metrô de BH.



CBTU finalmente quebra o silêncio e responde ao TRT

Conforme o divulgado e publicado no site do Sindicato, a CBTU informou que o processo de transferência, se dará com base na Lei 8693/93 e está sendo discutido entre os Ministérios da Cidade, Planejamento, CBTU e governo de Minas Gerais, sendo que ainda não há nenhum documento firmado entre as partes.

Tal informação desmente o governo mineiro que publicou na imprensa que a transferência do Metrô se daria em abril, com concessão à iniciativa privada em maio.

No entanto, nada disso pode fazer a categoria "baixar a guarda". A mobilização e a presença dos empregados

da STU em todas as atividades que se refiram ao Metrô devem continuar, para ficar claro que não seremos pas-sados para trás.

Ação Cautelar

O advogado, Dr. Mario Casa Verde, que está assessorando o SINDIMETRO em relação à estadualização, já entrou com Ação Cautelar junto ao Ministério do Trabalho visando resguardar os direitos da categoria. Aguardamos, agora, um posicionamento da Justiça.

Vagão Rosa

Uma polêmica se estabeleceu na cidade a partir da proposta do vereador Leo Burgues, numa iniciativa que podemos chamar de "oportunist" e "eleitoreira". O dito vereador realizou em 03 de abril uma audiência pública na Praça da Estação propondo o "vagão Rosa", imitando uma medida utilizada no Rio de Janeiro.

Segundo pesquisa divulgada pelo vereador, cerca de 20mil mulheres se pronunciaram favoráveis à medida.

O SINDIMETRO discutiu o assunto e embora considere legítima a reivindicação, não vê condições de operacionalizá-la com o atual sistema. Entende que o principal problema do assédio contra mulheres está nas condições do transporte público oferecido ao conjunto da população. Não ocorre somente no Metrô, mas em todo o transporte coletivo.

Uma medida que poderia amenizar o problema da superlotação do Metrô, diminuindo a possibilidade do assédio, seria a operação dos trens acoplados em horário de pico.

SINDIMETRO participa da marcha das Centrais Sindicais

Com a participação de mais de 40 mil trabalhadores, se realizou em São Paulo a 8ª. Marcha das Centrais em defesa da pauta da classe trabalhadora. Entre as principais reivindicações, estão redução da jornada para 40 horas semanais, fim do fator previdenciário, correção da tabela do Imposto de Renda, arquivamento do PL 4.330 e manutenção da política de valorização do salário mínimo.

"Vamos reentregar a pauta ao governo, ao Legislativo, ao Judiciário", afirmou Vagner Freitas, presidente da CUT, pois "avançou muito pouco, praticamente ficou estagnada", acrescentou.

O SINDIMETRO se fez presente com uma pequena, mas combativa delegação.

Trabalhadores paraguaios realizaram Greve Geral contra a PPP

No Paraguai o governo do presidente Horacio Cartes aprovou a Lei chamada "Aliança Público-Privada", que nada mais é do que a nossa Parceria Público-Privada, provocando uma greve geral que paralisou o país em 26 de março, quando milhares de camponeses protestaram em frente ao Congresso Nacional.

Ridicularizando as recentes declarações do presidente a empresários brasileiros para que "usem e abusem", pois "o Paraguai é fácil, uma mulher bonita", os manifestantes, em ritmo de samba, entoaram "Use e abuse, mas de vende-pátria não me acuse". À frente da principal marcha em Assunção, a cabeça de Cartes foi simbolicamente servida numa bandeja, arrancando aplausos por onde passava.

Jogando a toalha diante da magnitude da mobilização dos trabalhadores, jovens e camponeses, o vice-presidente Juan Afara declarou que o governo do presidente Horacio Cartes "não é absolutamente privatista" e que "está aberto para conversar" com os movimentos sindical e social. Numa tentativa desesperada de quebrar a crescen-

te adesão ao protesto, o governo paraguaio nomeou Juan Afara para coordenar as "mesas de diálogo", até então inexistentes.

APP é crime

As centrais sindicais do Paraguai pedem que a lei seja suprimida "porque não somente afeta os trabalhadores e seus benefícios, mas o país como tal, a sua soberania e os demais poderes do Estado". O documento unitário esclarece que as APPs atingirão as fontes de trabalho e que "não se sabe e não se tem em conta as condições salariais, laborais e de benefícios aos novos postos de trabalho que serão criados, se é que serão criados".

As centrais denunciam que o presidente Horacio Cartes "fez tudo entre quatro paredes", excluindo o Congresso Nacional, "um dos poderes do Estado". Enfatizam que com as APPs "as multinacionais serão as donas de tudo e o Estado presenteia todos seus bens estratégicos por 30 anos ou mais, colocando em risco seu orçamento". Em cartaz que chamava a realização da greve geral se lia: "com o neoliberalismo não se constrói uma pátria, se destrói um país".